Rumo a uma nova Torre de Babel? Reflexões sobre um mundo fragmentado

Towards a new Tower of Babel? Reflections on a fragmented world

¿Hacia una nueva Torre de Babel? Reflexiones sobre un mundo fragmentado

Resumo

Este artigo traz uma reflexão a partir da análise de conjuntura das relações internacionais, em um período marcado por conflitos multiníveis que se transpõem enquanto um reordenamento sistêmico. Nessa senda, se propõe um diálogo crítico com a obra de José Luís Fiori, em vias de adentrar no debate sobre uma nova "Torre de Babel" conforme proposto por este autor. Em linhas gerais, o argumento de Fiori é o de que os Estados Unidos, enquanto potência declinante, rompem com as estruturas do sistema internacional criadas por eles mesmos. Através do prisma da Teoria Crítica, aponta-se ao reducionismo materialista no qual Fiori recai, no que se argumenta que a fragmentação do mundo contemporâneo é melhor compreendida através de uma perspectiva dialética que compreenda os universos simbólicos, com foco no papel dos Estados Unidos em meio a isso, que ao contrário do que o apontado, é o principal ator a defender a manutenção do *status quo*.

Palavras-chave: Política Internacional; Ciclos Hegemônicos; Homogeneidade; Fragmentação; Relações Internacionais.

Abstract

This article reflects on the conjuncture of international relations in a period marked by multi-level conflicts that reflect a systemic reordering. To this end, it proposes a critical dialog with the work of José Luis Fiori, in order to enter the debate on a new "Tower of Babel" as proposed by this author. In general terms, Fiori's argument is that the United States, as a declining power, is breaking with the structures of the international system created by itself. Through the prism of Critical Theory, the materialist reductionism that Fiori falls into is pointed out, arguing that the fragmentation of the contemporary world is best understood through a dialectical perspective that understands symbolic universes, focusing on the role of the United States in this context, which, contrary to what has been pointed out, is the main actor defending status quo maintenance.

Keywords: International Politics; Hegemonic Cycles; Homogeneity; Fragmentation; International Relations.

Resumen

Este artículo presenta una reflexión basada en el análisis de la coyuntura de las relaciones internacionales, en un período marcado por conflictos multinivel que se transponen como un reordenamiento sistémico. Para ello, propone un diálogo crítico con la obra de José Luís Fiori, con el fin de entrar en el debate sobre una nueva «Torre de Babel», tal como la propone este autor. En términos generales, el argumento de Fiori es que Estados Unidos, como potencia en declive, está rompiendo con las estructuras del sistema internacional creadas por él mismo. A través del prisma de la Teoría Crítica, se señala el reduccionismo materialista en el que cae Fiori, y se argumenta que la fragmentación del mundo contemporáneo se comprende mejor a través de una perspectiva dialéctica que entiende los universos simbólicos, con el foco puesto en el papel de Estados Unidos en medio de ello, que, contrariamente a lo señalado, es el principal actor que defiende el mantenimiento del status quo.

Palabras clave: Política Internacional; Ciclos Hegemónicos; Homogeneidad; Fragmentación; Relaciones Internacionales.

Introdução

O breve século XX, conforme compreendido por Eric Hobsbawm (1995), foi marcado por uma série de mudanças sistêmicas a partir da primeira guerra mundial, constituindo fenômenos que se desdobraram em uma série de eventos que influenciaram a dinâmica do sistema internacional hodierno. Ao mesmo tempo, se seguida a interpretação de Giovanni Arrighi (1994), é possível compreender esse período enquanto o longo século XX, resultante de estruturas e processos que remontam à origem do capitalismo, com seus respectivos ciclos de acumulação que partem do século XIV. Ainda que as perspectivas supracitadas apontem antagonismos, é mister frisar que uma análise das atuais mudanças no sistema internacional não podem ser feita apenas à luz do tempo presente; o passado apresenta um largo rol de ascensões e quedas de potências.

Do recente século XX, destacam-se as duas guerras mundiais, a descolonização e a guerra fria, bem como seus efeitos, exemplificados na multiplicação de Estados independentes e na institucionalização do sistema internacional em vias de torná-lo em um molde mais afeito à sociedade internacional grociana. Contudo, se tomada uma perspectiva dentro da Escola Inglesa, seria possível retornar ainda ao século VII a.c., no declínio do Império Sumério em detrimento da ascensão egípcia (Watson 1992). Certamente, não é a intenção nem o escopo deste trabalho retomar tão largo recorte temporal. Até aqui, tem-se dois pontos: (i) mudanças sistêmicas são um *continuum* na história mundial (Watson 1992), alterando-se entre uma maior ou menor duração; (ii) há mudanças estruturais, na ruptura do próprio sistema, e há mudanças internas ao sistema; ainda que normalmente esta leve àquela, diferenciá-las é uma condição *sine qua non* para o analista de relações internacionais (Bull 1977). Essa dupla compreensão acompanhará a elaboração deste artigo enquanto base epistêmica.

Em uma relação dialética com a história, fenômenos de tensionamento no sistema internacional são vistos em recrudescência desde o início do século XXI (Moniz Bandeira 2016); aponta-se à guerra ao terror enquanto ponto que marca a clivagem entre o triunfalismo americano dos anos 90 e o declínio de sua própria intenção unipolar. No que tange os argumentos que emergem em relação ao fim da ordem liberal, resgata-se aqui a tese de uma nova Torre de Babel. Esse argumento é colocado por José Luis Fiori (2020), ao retomar o mito bíblico em alusão a um mundo que, após um breve período de união e paz, vê-se, novamente, fragmentado. Como traz já em seu prefácio, Fiori (2020, p.11) aponta: "A ascensão da China, a restauração da Rússia, a divisão da Europa, o salto tecnológico da Índia, a nova centralidade do Irã e o súbito declínio do Brasil são os acontecimentos geopolíticos mais importantes deste início de século XXI". Nesse contexto de mudanças, o Ocidente - e em especial os Estados Unidos - seria o responsável pela destruição dos valores que pensou e construiu segundo Fiori (2020).

Contudo, lança-se neste trabalho uma reflexão sobre tal tese, estruturada em duas perguntas que encontram os alicerces do trabalho de Fiori (2020): (i) de fato houve uma clivagem na grande estratégia dos Estados Unidos ou o período Trump constituiu uma condição *sui generis* da política externa estadunidense? O que leva à próxima questão: (ii) os elementos centrais da ordem liberal - democracia, instituições e capitalismo - se encontram ameaçados globalmente? Mesmo ao se ter em vista os desafios que a análise conjuntural coloca (Renouvin e Duroselle 1964), entende-se que a resposta a estas perguntas é não. Apesar do vigor teórico e das interessantes ideias postas por Fiori (2020), o mundo não irá se fragmentar em uma nova Torre de Babel. Menos ainda, não seriam os Estados Unidos o país responsável por uma fragmentação tal. Seriam (e são), ao contrário, o país que mais defendeu (e defende) a manutenção da homogeneidade sistêmica, compreendida nos termos de Raymond Aron (2004).

Como chave epistêmica para os argumentos deste artigo está uma intersecção entre concepções da Escola Inglesa e da Teoria Crítica, diálogo teórico frutífero como mostra João Jung e Nythamar de Oliveira (2023). Ainda, argumentos que retomam princípios da Análise de Política Externa e da Análise de Conjuntura serão aqui percebidos. Metodologicamente, a abordagem hipotética-dedutiva se concentra na obra de Fiori (2020) para, em conjunto com a literatura especializada, recorrer a fontes primárias como documentos de governo e estatísticas econômicas. Dessa perspectiva, a hipótese lançada neste artigo é constituída pela compreensão de que, ao se ter a primazia econômica e, em menor grau, militar, ameaçada, restam aos Estados Unidos justamente o aprofundamento da primazia moral, apoiada nas instituições internacionais e, assim, politicamente efetivada através de um discurso moral.Será evidenciado que houve, por parte de Fiori (2020), um superdimensionamento da importância do Governo Trump, no que o autor trata enquanto estrutural questões que foram conjunturais. Como aludido no início da introdução, confundiu-se mudança nos processos com a mudança da estrutura em si.

A tese de Fiori sobre a Torre de Babel na fragmentação global

O mito bíblico da Torre de Babel é invocado por Fiori (2020) em vias de analisar um mundo contemporâneo fragmentado e invadido por conflitos múltiplos. É nesse contexto internacional que se insere a grande estratégia dos Estados Unidos a partir do Governo Trump; para o autor, houve uma clivagem no posicionamento da grande potência, e a partir desta hipótese é que irá traçar seu argumento. Com tal constatação conjuntural, Fiori avança e constitui a tese de que, através de tais mudanças, a ordem liberal - há muito já ameaçada - dá mais um passo para o seu fim.

A fins metodológicos, apresenta-se agora a posição de Fiori (2020) a partir de algumas questões-chaves: (i) seu plano de fundo teórico, (ii) a compreensão sobre a grande estratégia estadunidense e seus efeitos globais, (iii) qual a função do mito da Torre de Babel na obra do autor, e por fim (iv) quais seriam os efeitos argumentados da “síndrome” de Babel, o que gera uma discussão sobre a ordem internacional contemporânea. Esses quatro elementos, que refletem o desenvolvimento da principal obra analisada neste artigo, não se esgotam nesta seção; são retomados ao longo deste trabalho.

Como plano de fundo, Fiori (2020) estrutura seu argumento em uma episteme marxista com toques neorrealistas. O prisma teórico do autor é demonstrado não apenas na obra centralmente estudada neste artigo, mas sim, compõe o desenvolvimento intelectual da importante e extensa obra de José Luis Fiori. Entre uma série de obras, destaca-se a dedicação à compreensão das assimetrias que resultam nas capacidades refletidas pela economia política internacional (Fiori 1997), como a base material oriunda des afeta as correlações de forças entre os diferentes países (Fiori 2007) e o modo como este contexto forma um sistema de assimetrias e pauperização (2001). Marcadamente, os Estados Unidos recebem atenção especial do autor, bem como as contradições do sistema capitalista e a ligação deste com o modo no qual o poder global é constituído.

Se em Marx (1973) o capitalismo possui contradições intrínsecas que tendem a levá-lo ao seu próprio fim, analogamente em Fiori (2020) a ordem liberal é erodida por dentro, no caso, pelo país que constituiu essa própria ordem: os Estados Unidos da América. Ao mesmo tempo, argumenta Fiori (2020) que o sistema interestatal tem enquanto vetor a lógica de maximização de poder contínuo, algo que remete ao realismo ofensivo de John Mearsheimer.

Essa dupla influência teórica é de fundamental compreensão para que se estabeleçam os pressupostos sobre os quais Fiori (2020) se assenta. Assim como o capital tem uma tendência contínua à acumulação, a guerra é uma constante que emerge em vias de manter e até ordenar o sistema internacional. Contrário às teses da estabilidade hegemônica, conforme

trabalhadas por autores como Robert Gilpin (1981), Fiori se alicerça em Mearsheimer (2007) para defender que os Estados são maximizadores de poder. Desse modo, nenhuma hegemonia seria capaz de assegurar a estabilidade do sistema internacional, pois sempre haveria um hegemon ascendente para contestá-la.

Então, nenhum país, por mais competente que fosse em sua intenção de se preservar enquanto hegemonia, conseguiria se manter em tal posição por muito tempo. Apesar de todos os esforços que os Estados Unidos tiveram para assegurar suas capacidades de poder espalhadas pelo globo, seu declínio seria uma questão de tempo - e desde a década de 70 isso é amplamente trabalhado na academia. Por fim, Fiori (2020 , p.15) denomina de "maldição do poder global", a qual funciona enquanto regra oculta e universal, o fenômeno de que os impérios globais encontram a ruína através de seus próprios termos. Tal perspectiva remete ao *The Rise and Fall of the Great Powers*, de Paul Kennedy (1987).

A tese de Fiori se alicerça na perspectiva de que o governo Trump, ao entender que o declínio dos Estados Unidos era um fenômeno em andamento, optou por mudar radicalmente algumas diretrizes base da política externa estadunidense. Ao utilizar o National Security Strategy of the United States of America de dezembro de 2017 enquanto referência, Fiori (2020, p.11-12) aponta que os cinco pontos principais de ruptura apresentados pela gestão Trump são: (i) o ataque ao globalismo, (ii) o reconhecimento de uma hierarquia entre os diferentes Estado e a crítica a qualquer universalismo, (iii) que não cabe aos Estados Unidos disseminar valores ao mundo, (iv) que não há garantias que o sistema de valores dos Estados Unidos será universalizável, (v) a explicitação do interesse nacional enquanto vetor da estratégia norte-americana.

Nessa compreensão, entre as páginas 57 e 64, Fiori (2020) aponta que os Estados Unidos retornam à velha geopolítica das nações, onde não há inimigos ou amigos absolutos, sendo todas as negociações possíveis desde que consonantes com o interesse nacional. Todavia, neste próprio documento está posto, no nível de ameaças, que (i) China e Rússia são duas potências revisionistas que buscam alterar a hierarquia do poder mundial, (ii) que Irã e Coreia do Norte são dois *rogue states* que ameaçam o equilíbrio geopolítico do Oriente Médio e da Ásia respectivamente, e (iii) que o terrorismo jihadista se mantém como ameaça transnacional, assim como organizações criminosas violentas (Fiori, 2020, p.58). Percebe-se uma continuidade de questões trazidas desde Spykman e Truman em relação ao primeiro ponto, da Doutrina Obama em relação ao segundo e da Doutrina Bush em relação ao terceiro. Enfim, nenhuma novidade nesses pontos.

Contudo, Fiori (2020, p.12) argumenta sobre uma nova doutrina estratégica dos Estados Unidos, na qual estes "abrem mão de sua hegemonia e liderança ética do mundo, optando por uma projeto pragmático e realista de poder". Como se não fosse possível articular pragmatismo e hegemonia moral, Fiori (2020) cria uma oposição direta entre realismo político-diplomático e ruptura com discursos universalistas. Contudo, causa estranhamento essa antagonização. Se em termos teóricos Realismo e Liberalismo rivalizam dentro das Relações Internacionais, na implementação da política externa estadunidense essa dupla influência é sintetizada.

Pensadores e articulistas como Henry Kissinger e Joseph Nye, para citar um grande expoente de cada corrente supracitada, possuem histórica relevância e influência enquanto consultores para a tomada de decisão da política externa dos Estados Unidos. Ao focarmos neste último, desde Bound to Lead até o The Future of Power é construído um argumento sobre a mudança na dinâmica do poder global. No conceito de *smart power* há uma boa síntese de como a dimensão política-militar-realista é sintetizável com a social-discursiva-liberal.

Ao continuar o raciocínio apresentado por Fiori (2020), é a partir da suposta clivagem que é constituída, enfim, a hipótese da Torre de Babel. Destarte, Fiori (2020, p.59) argumenta

que “não é possível assegurar que esse documento seja irreversível, mas com certeza não é produto da idiossincrasia mental do Presidente Donald Trump”, em referência ao já mencionado National Security Strategy (2017), documento que constitui pedra angular da tese proposta por Fiori (2020) e que, por motivos de coesão metodológica, será também utilizada neste artigo justamente para contrapor o argumento central de Fiori. Pelos motivos já mencionados, esta nova “doutrina Trump” dirigiria o sistema internacional a uma fragmentação, a uma heterogeneidade promovida justamente por aquele país que tornou tal sistema homogêneo.

Isso pois, por ter sido homogêneo, o sistema internacional liderado pelos Estados Unidos conduziu a Rússia a um ressurgimento, bem como ao salto da China e da emergência de outros países que se opõem à hegemonia dos Estados Unidos. De certo modo, todos eles ascenderam através das regras, normas e instituições ocidentais. Como aponta Fiori (2020, 61), a “síndrome de Babel” desde o seu sentido original remete à universal luta pelo poder de Deus contra a humanidade à China versus os Estados Unidos. Deus, ao dividir a humanidade, abriu mão de sua universalidade e se particularizou através da escolha de um “povo escolhido”. Do mesmo modo, os Estados Unidos, ao vislumbrar os desafios da multipolaridade desequilibrada - conforme classificação de Mearsheimer (2001) sobre o sistema internacional contemporâneo - escolheram abandonar a universalidade dos valores compartilhados em prol de um realismo exacerbado, o qual persegue seus interesses nacionais de modo alheio à interdependência complexa.

Frente a esta discussão toda, Fiori (2020, p.64) defende que “[...] o mais provável é que as linhas centrais dessa nova estratégia se mantenham com qualquer governo depois de Trump”. Contudo, isso não se demonstra na atualidade do governo Biden. Conforme dito na introdução desta apresentação, tanto a hipótese (a analogia à Torre de Babel) quanto a tese de Fiori (a de que os Estados Unidos estão em um processo de implosão da ordem global constituída por eles) encontram-se equivocadas por alguns dos motivos já elencados e por outros que argumenta-se a seguir, na defesa de uma compreensão dos atuais processos globais através de uma perspectiva embasada na Escola Inglesa e na Teoria Crítica.

Para além de Fiori: reflexões sobre o mundo contemporâneo

A perspectiva de Fiori, abordada na seção anterior, possui uma série de méritos; contudo, peca devido ao reducionismo compreensivo de uma perspectiva materialista histórica. Se útil às relações internacionais ao ponto de se tornar um paradigma, o materialismo histórico tende a ofuscar as dinâmicas superestruturais - entendidas enquanto meramente condicionadas - que afetam a dinâmica das relações internacionais. É através de uma perspectiva dialética não apriorista, ao não reificar as dinâmicas materiais, que se faz possível uma análise acurada do tempo presente - por isso propõe-se aqui uma compreensão a partir da Teoria Crítica.

No que tange a conjuntura da política internacional, o fato mais relevante a ser ressaltado é que há mudanças estruturais que podem ser compreendidas de dois modos distintos: (i) o dinamismo do sistema internacional e, respectivamente, o epicentro de suas mudanças futuras encontra-se com a agência central no continente euroasiático, com destaque à China, Rússia e Índia (Visentini 2022), ou (ii) uma falência do sistema westfaliano, que direciona as relações internacionais a uma dinâmica nova ainda não bem constituída. A primeira visão se faz possível através de perspectivas alicerçadas no paradigma Realista ou Marxista das Relações Internacionais, o segundo no Paradigma Liberal ou em derivações marxistas que se apresentam enquanto correntes pós-marxistas, também compreendidas enquanto críticas.

Referente à primeira perspectiva, no último século, os Estados Unidos consolidaram a sua posição de país hegemônico, sendo o grande líder deste mundo ocidental o qual, historicamente, viu diferentes países em tal posto - deve-se lembrar que a emergência dos Estados Unidos enquanto a grande potência global se dá no crepúsculo da *pax britannica*. Dito isso, e ao resgatar a introdução do pensamento de John Ruggie (2000), como é possível indicar o fim de uma era? A resposta reside não em uma questão cronológica, mas sim, na troca dos significados daquilo que era comumente aceito em uma certa sociedade; neste caso, a sociedade internacional.

Em relação à política externa de Trump tem-se, de fato, uma mudança em relação ao padrão consolidado dos Estados Unidos. Se é possível tomar uma série de marcos temporais para estabelecer algumas diretrizes da política externa estadunidense, opta-se aqui por pegar a Doutrina Bush, a qual nos é útil por dois motivos: (i) adentra o século XXI, o que revela uma proximidade temporal vantajosa para nossa análise, e (ii) sintetiza uma série de princípios históricos ao mesmo tempo em que se projeta na contemporaneidade entre republicanos e democratas. Em relação à obra de Fiori, a Doutrina Bush seria um paradigma substituído por uma espécie de Doutrina Trump.

Todavia, nisto reside um superdimensionamento em relação ao que representou o governo Trump em relação à estratégia estadunidense. Mudanças certamente ocorreram, mas falar sobre uma nova doutrina é incorreto ao se perceber que as mudanças operadas por Trump não alteraram a estrutura da grande estratégia dos Estados Unidos, a saber, a contenção da China. Se tomarmos a obra de Charles Hermann (1990), basilar para conceber alterações na política externa, veremos que Trump alterou o programa da política externa estadunidense; contudo, a orientação mantém-se inalterada.

Um dos grandes construtores da grande estratégia dos Estados Unidos, Nicholas Spykman, desde 1942 aponta algumas questões seguidas à risca pela Secretaria de Estado. Entre diagnósticos e prognósticos, a questão da China já está presente mesmo antes da emergência da Guerra Fria. Pode-se apontar que, no declínio da ameaçada nazista, União Soviética e China figuravam enquanto pontos de atenção por parte da Secretaria de Estado dos Estados Unidos, o que explica, inclusive, a relação entre o país e o Japão logo após a segunda guerra mundial.

De encontro ao defendido por Spykman (1942), os Estados Unidos se valeram da estratégia do rimland para cercar a União Soviética e a China, algo que se mantém ainda hoje quando pensamos a expansão da OTAN[1] à Europa Oriental e Setentrional, bem como no cerco realizado em relação à China através da disposição de bases militares em países aliados - do qual o supracitado Japão é o principal. Desde a presidência de Harry Truman, ao menos, até hoje, percebe-se este padrão de cerco geopolítico às potências rivais.

Em estudos concernentes à análise de política externa, entende-se que existem diferentes capacidades na inserção internacional de um país, o que os separa em diferentes tipologias as quais podem ser vulgarmente divididas entre grande potências, potências médias/regionais e não-potências/periféricos. Enquanto grande potência, e interpretada por José Luis Fiori historicamente através da perspectiva de império (2018; 2021), os Estados Unidos possuem capacidade de influenciar a política internacional profundamente.

Não seria um governo, como o de Trump, que interromperia tal processo, constituído e maturado lentamente no decorrer da história política internacional dos últimos 100 anos. Ao se pensar na clássica contraposição entre Política de Estado e Política de Governo, os Estados Unidos possuem uma tradição avessa a grandes clivagens em sua projeção internacional. Além da capilaridade do processo decisório de política externa, o próprio establishment estadunidense - algo que Fiori inclusive invoca para indicar mudanças - é conservador, como demonstra Perry Anderson (2015).

---

[1] Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Ao contrário do que afirma Fiori (2020), argumenta-se aqui que é no esvaziamento de seus recursos de poder que os Estados Unidos devem se posicionar mais firmemente em prol de um discurso moral. Ou seja, a projeção dos Estados Unidos no sistema internacional aponta à direção oposta daquela prevista por Fiori (2020). É possível, a partir disso, depreender dois cenários: (i) aquele defendido por Keohane (1984), no qual as mudanças sistêmicas do pós-guerra levam a uma institucionalização do mundo em que não haveriam mais uma potência hegemônica; ou (ii) de fato, em um novo ciclo de ascensão e queda de potências, os Estados Unidos sucumbiriam, conforme previsto já por Immanuel Wallerstein (2003) frente a uma China hegemônica.

Em relação aos dois cenários supracitados, o primeiro levaria a uma ruptura com o sistema westfaliano, berço da modernidade política e do modo com o qual a política é pensada desde meados do século XVII. Como já aludido na introdução deste artigo, esse tipo de revolução sistêmica ocorre no espaçamento entre alguns séculos, e se pensada como ilusória ou até mesmo utópica por alguns, não há grandes impeditivos - para além da esterilidade realista, nos termos de Edward Carr (2001) - de a vislumbrar. Certamente, contudo, nossas ferramentas analíticas são ainda limitadas para lidar com uma realidade como tal.

Já o segundo cenário aponta a uma transição hegemônica nos termos já amplamente trabalhados nas relações internacionais, compreensão que se tem principalmente a partir das obras de Paul Kennedy (1987) e Robert Gilpin (1981). O ponto-chave, aqui, seria que o centro gravitacional do poder global partiria do ocidente ao oriente; da América à Ásia. É possível dar maior ou menor peso a tal clivagem, ao se ter em vista que o mundo europeu ruiu frente à América entre fins do século XIX e início do século XX, contudo, dentro de uma mesma formatação sistêmica.

Em comum, ambos os cenários pressupõem o declínio dos Estados Unidos; algo também previsto por Fiori. O ponto aqui é, porém, relativizar esse discurso do declínio estadunidense, algo que pode ser compreendido tanto pela não existência deste declínio (Beckley 2011) quanto pela compreensão de mudanças sistêmicas que transcendem a distribuição do poder global (Bull 1977). Assim, se Robert Keohane (1984) argumenta que a bomba atômica impede a recorrência de uma guerra hegemônica e que, respectivamente, os Estados Unidos já não podem se portar enquanto *player* hegemônico, defende-se aqui que é necessário repensar o que se compreende por hegemonia, bem como revisar certas premissas reificadas nas Relações Internacionais.

Há mudanças estruturais que levam a um redimensionamento do papel do Estado nas Relações Internacionais, a uma urgência epistêmica em se repensar esta entidade política na realidade hodierna (Wight 2000). Ao constituir a sociedade internacional conforme sua imagem e semelhança a partir do século XX - algo realizado pelas potências europeias entre os séculos XVI e XIX -, os Estados Unidos moldaram a normatividade das relações internacionais. Tal normatividade é uma expressão de hegemonia; com base em Gramsci e Cox, defende-se que a superestrutura possui capacidade igual ou maior de influenciar a ordem mundial do que os elementos infra-estruturais.

Ao se compreender a hegemonia para além da capacidade de coagir fisicamente, entende-se que a manutenção de um dado bloco histórico demanda a dispersão simbólica de seus bens. Nessa perspectiva há, assim, um forte elemento moral, constituinte da normatividade que irá apontar às balizas dentro das quais tais produtos simbólicos irão circular. Dentro do léxico das Relações Internacionais, fala-se sobre um *smart power*, o qual demonstra a insuficiência de *hard power* e de *soft power* se articulados separadamente.

Ao se compreender o clássico jogo de ascensão e queda das grandes potências enquanto uma movimentação nos blocos históricos, é possível depreender que a China enquanto contra-hegemonia necessita ainda de uma série de elementos simbólicos, com circulação em escala global, para poder se constituir como o líder do novo bloco. De modo

ensaístico, é possível dizer que a potência em ascensão é aquela que passa a acumular capitais tangíveis, *hard*, enquanto a potência em declínio passa a ser superada nestes termos. Contudo essa, exatamente por já ter sido uma potência ascendente e hegemônica, conseguiu transformar uma capital *hard* e um *soft*.

Veja que há um background teórico aqui em Bourdieu (2001; 2009), ao se pensar na capacidade de alterar a preponderância de algum tipo de poder de modo análogo a conversão de capitais. Novamente, de modo similar ao apresentado por Bourdieu (2009), afirmo que o *hard power* é convertido em *soft power* com o prolongamento da condição hegemônica de um dado país; assim, como o capital econômico tende a se converter em capital simbólico. Ao se considerar o menor custo de manter a posição hegemônica através do *soft power*, perde-se o "ponto ótimo" na articulação das formas de poder que constituem o *smart power*: o *soft power* passa a ganhar preponderância frente aos elementos de *hard power*. Potências emergentes passam a ter maior facilidade em acumular *hard power* o que leva, posteriormente, a um conflito hegemônico.

Essa é a situação deste fragmentado mundo contemporâneo. Ao deixar lacunas de *hard power* que passaram a ser preenchidas pela China, os Estados Unidos veem sua posição hegemônica ameaçada, de modo a vislumbrarmos atualmente uma correlação de forças que tende a alterar a estrutura do sistema internacional. No entanto, ao contrário de uma Torre de Babel esfacelada pela própria agência de seu construtor - os Estados Unidos - este artigo aponta a dois possíveis cenários: (i) a manutenção de tal "Torre de Babel" por parte dos Estados Unidos, justamente assentados em um discurso moral com apelos simbólicos; (ii) à fragmentação da "Torre de Babel" devido à força do novo eixo de poder oriental, no qual o centro gravitacional se encontrará na China. Contudo, com resistência dos Estados Unidos - apoiados pelas potências ocidentais - até às últimas consequências; a saber, uma guerra de grande escala.

Ou seja, é justamente os Estados Unidos que irão tentar manter, até o último discurso e projétil, o que ainda resta da ordem liberal contemporânea. De certo modo, tem-se aqui enquanto plano de fundo a discussão sobre se é possível ou não uma ascensão pacífica da China, assunto que tem possibilidades hermenêuticas distintas como observável em autores como John Mearsheimer, Graham Allison e Joseph Nye. De maneira a conceder ferramentas analíticas para essa discussão, a próxima seção se ocupará em pensar cenários possíveis da dinâmica até aqui discutida.

Os três possíveis cenários futuros: Ocidente, Oriente ou ruptura westfaliana

A partir do que foi discutido, argumenta-se que há três possíveis cenários para as relações internacionais futuras, são eles: (i) a manutenção de uma ordem westfaliana ocidentalista; (ii) a clivagem na constituição de uma ordem westfaliana orientalista; (iii) a ruptura com a ordem westfaliana. Os dois primeiros indicam um grau de continuidade no que tange a estrutura global contemporânea, no que se altera entre elas o centro gravitacional do poder da política internacional entre Ocidente e Oriente. O terceiro, por sua vez, desenha um cenário mais radical, no qual a estrutura das relações internacionais modernas e contemporâneas são rompidas.

Entre as suspeições dos céticos e as superstições dos otimistas, prospectar cenários nada tem a ver com adivinhar o futuro; ao mesmo tempo, constitui em importante ferramenta analítica para antever possibilidades vindouras à política internacional. Utilizada contemporaneamente nas ciências econômicas e na administração de empresas de forma usual, a prospecção de cenários é prática militar antiga, cada vez mais, incorporada às Relações Internacionais (Junio e Mahnken 2013, 375-376). Em uma conjuntura de mudanças sistêmicas, na qual as estruturas política, econômica e de recursos dos séculos passados são

revisadas, projetar cenários torna-se uma importante ferramenta teórica às Relações Internacionais (Sus e Hadeed 2020, 432)

De certo modo, há aqui uma compreensão similar àquilo apontado por Parag Khanna (2008), contrastando, contudo, no grau de relevância da União Europeia enquanto arquiteta da ordem global. Se há ainda uma grande importância do antigo continente naquilo que tange as balizas normativas da sociedade internacional, suas vulnerabilidades e sensibilidades materiais as colocam em um nível abaixo quando se compara aos Estados Unidos e a China, restando à União Europeia o apoio à manutenção da sociedade internacional criada a sua imagem e semelhança a partir do século XIX (Watson 1992), o que resulta em seu apoio aos Estados Unidos e à arquitetura sistêmica contemporânea.

Enquanto, ainda, a grande potência global, os Estados Unidos são o país central tanto da obra de Fiori (2020) quanto deste artigo. Se os anos 90 foram marcados pelo discurso triunfalista dos Estados Unidos, expresso em famosos livros - ainda que mal compreendidos - como os de Francis Fukuyama (1992) e Samuel Huntington (1997), a partir do início do século XX, houve uma série de obras apontando a um declínio do poder estadunidense, ambiente intelectual fomentado em grande parte pelo 11 de setembro e a respectiva percepção pública de vulnerabilidades no sistema estadunidense. Destacam-se obras de pensadores ocidentais como Immanuel Wallerstein (2003) e Emmanuel Todd (2002) no que tange ao argumento de um declínio de fato, na iminência do decrescimento da relevância dos Estados Unidos enquanto guardião da ordem liberal. Em uma linha similar mas a partir de outros termos - menos dramáticos -, Joseph Nye (2011) e Ian Bremmer (2015) falam sobre reorientações que os Estados Unidos deveriam incorporar em sua política externa em vias de se manter enquanto a grande potência global. Já Michael Beckley (2011) argumenta que, ao contrário de um declínio, os Estados Unidos aproveitaram sua posição hegemônica dos anos 90 para atrair vantagens competitivas que vigoram ainda hoje, o que transfere ainda mais poder ao país no século XXI.

De modo direto, é possível apontar que José Luis Fiori (2020) parte da compreensão de autores como Wallerstein (2003) e Todd (2002), enquanto o autor deste artigo possui uma linha similar a Nye (2011) e Bremmer (2015). Pensar a ordem internacional contemporânea significa refletir sobre o papel dos Estados Unidos no mundo a partir de qual a grande estratégia - se há alguma - adotada pelo país. De todo modo, este artigo parte da posição de que os Estados Unidos se mantém enquanto a grande potência mundial; e há uma série de argumentos apontados para isso. Existem diferentes modelos para pensar tipologias de poder dentro das relações internacionais.

Desde Carr (2001) e a tripartição entre poder militar, poder econômico e poder de opinião, até concepções mais contemporâneas como a de John Gaventa (2006) - quem argumenta sobre o *power cube* no engajamento entre indivíduo, Estado e sistema - ou até mesmo em Joseph Nye (2011) com a noção de *smart power*. Não sendo do escopo deste trabalho uma discussão sobre a tipologia de poder nas relações internacionais, é utilizado - em termos de coerência teórica - a compreensão de poder latente na teoria crítica de matriz coxiana. Assim, a partir de Robert Cox (1987) o poder aqui é visto enquanto um dispositivo das relações travadas entre os agentes internacionais, estruturada e estruturante das instituições econômicas, sociais, políticas e, respectivamente, militares. Conjugam-se as esferas materiais e simbólicas, necessárias à hegemonia (Cox, 1983).

Na perspectiva da capacidade material, os Estados Unidos ostentam um Produto Interno Bruto (PIB) de 27,36 trilhões de dólares em 2023 - de longe o maior do mundo -, projetado para 28,78 trilhões de dólares em 2024. Em termos de PIB per capita, são 81,63 mil dólares em 2023, com 85,37 mil dólares projetados para 2024. Já a China apresentou um PIB de 17,66 trilhões de dólares no ano de 2023, com projeção para 18,53 trilhões de dólares em 2024. Se expressivo ao ponto de despontar como a segunda maior economia do mundo, o PIB

per capita de 12,51 mil dólares em 2023 com uma projeção de 13,14 mil dólares para 2024 acaba por colocar a China em um patamar substancialmente inferior quando comparado aos Estados Unidos - afinal de contas, é visualizado um número aproximadamente 6 vezes menor. Obviamente, a matriz explicativa para tal questão é demográfica, ao se ter em vista a população chinesa de aproximadamente 1,4 bilhões de pessoas, contra aproximadamente 330 milhões nos Estados Unidos - uma população aproximadamente 4 vezes maior.

Em ascensão a partir de um planejamento estatal centralizado que remonta à década de 70, a China vigora desde o início do século XXI como potência ascendente, candidata à hegemon global. Ainda que no século XX a União Soviética tenha dividido a estrutura do poder global com os Estados Unidos, dentro do sistema internacional westfaliano nenhum país não-ocidental despontou como hegemon, fenômeno que induz às análises apaixonadas - e por vezes dramáticas - sobre a ascensão hodierna da China. Como visto anteriormente, a partir de uma análise econômica introdutória, evidencia-se a superioridade estadunidense neste setor. A grande questão é, contudo, não uma mera consideração sobre a conjuntura, mas sim, uma projeção futura a partir de uma análise histórica.

Ao projetar o futuro e retomar o argumento econômico, adentra-se em um importante elemento para o diagnóstico da saúde financeira de um país: a razão dívida pública-PIB. No caso estadunidense, essa relação representava 121,38%; na China, 77,1% (IMF 2022, s/p). Em projeções feitas na plataforma *statista*, O´Neill (2024, s/p) aponta que esta relação estará em 137,49% nos Estados Unidos, enquanto na China será de 106,01% (Textor 2024, s/p). Em termos prospectivos, percebe-se um maior aumento da dívida esperada na China do que nos Estados Unidos, o que reflete a expectativa de um crescimento econômico mais acelerado naquela do que neste. Ainda assim, haverá uma razão dívida-PIB ainda cerca de 30% inferior na China.

Um país que apresenta um alto grau de endividamento possui, em tese, maiores dificuldades de investimento, o que em um cenário de corrida hegemônica afeta desde a capacidade de promover bem-estar social até às possibilidades do emprego de recursos nos setores relacionados à segurança nacional. Com maior retração na atividade econômica e uma respectiva tendência a apresentar crescimentos de PIB mais baixos, retoma-se ao argumento de que a relação entre Estados Unidos e China será ainda mais acirrada no futuro do que no presente, no qual o primeiro ainda apresenta uma série de capacidades mais desenvolvidas.

Os parágrafos anteriores apenas refletem uma tendência geral da comparação entre ambos os países aludidos, que é o da ainda predominância estadunidense, mas com o risco de ser superada ou, ao menos, equilibrada pela China. A partir da de um *white paper*[2] do Departamento de Defesa da Austrália (2009), John Mearsheimer (2010) argumenta a percepção generalizada de que a China se aproxima dos Estados Unidos enquanto potência global, utilizando da região da Ásia-Pacífico para se projetar globalmente; de modo respectivo, superando o país ocidental neste região que, desde o fim da segunda guerra mundial, é considerada estratégica. Conforme o documento avança e aponta aos riscos de escalada da competição estratégica, a qual pode resultar em um confronto entre as duas potências (Defence 2009, 33), Mearsheimer (2010, 381) levanta a já célebre observação: "A questão mais importante que emerge desta discussão é se a China pode ascensor pacificamente"[3].

Com base em seu realismo ofensivo, Mearsheimer (2010) responde negativamente à questão levantada, a qual já recebe atenção de uma série de acadêmicos com diferentes posturas. Em Graham Alisson (2020), por exemplo, há uma argumento sobre a tendência ao

---

[2] Análogo ao "Livro Branco de Defesa Nacional" do Brasil, o *Defence White Paper* da Austrália apresenta um planejamento de longo prazo sobre a defesa australiana.

[3] "The most important question that flows from this discussion is whether China can rise peacefully". Traduzido do original pelo autor.

conflito, mas que este não é certo a depender das estratégias utilizadas por ambos os países; já Joseph Nye (2022; 2023), que se dirige diretamente aos dois pensadores supracitados, aponta que não há uma tendência à guerra e que a ascensão chinesa traz possibilidades de cooperação com respectivos crescimentos a ambos os países.

Dentro do pensamento estadunidense, contudo, a China enquanto ameaça central à grande estratégia estadunidense aparece apenas a partir da *National Security Strategy* (NSS)[4] do governo Donald Trump, publicada em 2017. Entre a publicação do documento australiano e esse de Trump, o então presidente Barack Obama publicou dois NSS; no primeiro, apontando que (NSS 2010, 3) "Nós estamos trabalhando para construir parcerias mais fortes e profundas com outros importantes centros de influência - como China, Índia e Rússia [...]"[5] e no segundo (NSS 2015, s/p) "O grau da nossa cooperação com a China é sem precedentes, ainda que estejamos alertas da moderna militarização chinesa e rejeitemos qualquer papel de intimidação na resolução de disputas territoriais"[6]. Percebe-se um ímpeto de cooperação dos Estados Unidos em relação à China, ainda que posteriormente tenha se demonstrado já algumas ressalvas.

Ainda assim, é uma grande mudança quando no documento de 2017, assinado já por Donald Trump, a China aparece em um subcapítulo intitulado "Um mundo competitivo"[7], no qual, ao lado da Rússia, é apontada enquanto um país que desafia o poder americano, tendo por intuito minar a segurança e a prosperidade dos Estados Unidos (NSS 2017, 2). Isso fica ainda mais evidente na consideração já do governo Biden sobre (NSS 2022, 23): "A República Popular da China é a única competidora tanto com a intenção de redesenhar a ordem internacional e, crescentemente, a capacidade econômica, diplomática, militar e tecnológica para fazer isto"[8]. Ou seja, a despeito de algumas preocupações como a Rússia, o Irã ou até mesmo a Coreia do Norte, o Presidente dos Estados Unidos aponta que apenas a China possui a intenção e a capacidade de ameaçar a primazia estadunidense.

Contudo, é argumentada pela administração Biden que, ao mesmo tempo, a China é central para enfrentar alguns desafios comuns, como a mudança climática e os problemas de saúde global (deve-se lembrar o contexto da pandemia da Covid-19 no qual foi lançado o documento), no que se argumenta sobre a possibilidade de uma coexistência pacífica para contribuírem em conjunto ao progresso da humanidade (NSS 2022, 24). E essa dialética entre cooperação e competição encaminha aos argumentos da análise central deste artigo, que é o da tentativa de manutenção da ordem internacional, bem como de suas instituições e princípios liberais por parte dos Estados Unidos, vislumbrando a possibilidade de uma hegemonia compartilhada a partir da sociedade internacional já constituída. De modo contrário a Fiori (2020), percebe-se que com o governo de Joe Biden há uma retomada dos princípios tradicionais da política externa estadunidense, tendo havido por parte do autor um superdimensionamento do efeito de Trump dentro do *establishment* estadunidense.

Sobre o último dos três cenários apontados nesta seção, há o encontro central com o objeto de análise de Fiori (2020). Isso pois, a Torre de Babel é sintetizada na ideia de uma ruptura com a ordem westfaliana; aquilo que Mark Zacher (2000) aponta enquanto a ruína de

---

[4] Trata-se de um relatório oficial, publicado pelo Presidente da República em diálogo com o Congresso, que aponta ao entendimento dos Estados Unidos sobre seus interesses nacionais, comprometimentos, objetivos e políticas voltadas ao âmbito internacional em vias de garantir a segurança nacional.

[5] "We are working to build deeper and more effective partnerships with other key centers of influence—including China, India, and Russia [...]". Traduzido do original pelo autor.

[6] "The scope of our cooperation with China is unprecedented, even as we remain alert to China's military modernization and reject any role for intimidation in resolving territorial disputes". Traduzido do original pelo autor.

[7] "A Competitive World". Traduzido do original pelo autor.

[8] "The PRC is the only competitor with both the intent to reshape the international order and, increasingly, the economic, diplomatic, military, and technological power to do it." Traduzido do original pelo autor.

Westfalen. Como aponta Martin Wight (1960, 39-40), há um receio generalizado em se pensar uma ordem pós-westfaliana; afinal de contas, as relações internacionais, como são concebidas, têm todo o seu arcabouço semântico pensado na lógica da Paz de Westfalen.

Ao se compreender o desenvolvimento do sistema internacional a partir de um prisma histórico (Watson 1992), é possível afirmar que em algum momento a lógica de Westfalen de fato ruirá; dificilmente será a competição entre Estados Unidos e China o fenômeno-gatilho para tal processo. Por não se estruturar enquanto um sistema imperial ou até mesmo hegemônico - consoante às tipologias de ordem internacional presentes em Watson (1992) -, uma ruptura com a atual sociedade internacional depende do posicionamento de demais atores *system-affecting*. Desde países desenvolvidos como Alemanha, França e Japão, até potências regionais como Brasil, Índia e Rússia, o atual panorama de interdependência demanda a articulação das grandes potências - Estados Unidos e China - com estes demais países, entre outros. Ainda que este tivesse analisado outro contexto histórico, de certo modo é um argumento similar ao de Parag Khanna (2008).

Ao mesmo tempo em que neste artigo se vislumbra a possibilidade futura de uma ruptura com a atual estrutura sistêmica, o que interessa é demonstrar, ao contrário de Fiori (2020), que não serão os Estados Unidos responsáveis por tal mudança, os quais, ameaçados materialmente, irão manter a união entre as capacidades desenvolvidas com uma superestrutura - o que pode ser compreendido enquanto *smart power* (Nye 2011). Como já apontado por Edward Carr (2001) no contexto que antecedeu a segunda guerra mundial, instituições internacionais consolidam regras e valores que não necessariamente condizem com o mundo. Fundadas à imagem e semelhança dos Estados Unidos no pós-guerra, é no fortalecimento de tais instituições - aqui compreendidas de modo amplo, conforme a obra de Hedley Bull (1977) - que o país tentará se manter enquanto a grande potência mundial.

Considerações finais

Este trabalho trouxe uma reflexão crítica sobre a tese trabalhada por José Luis Fiori (2020), a qual defende que o sistema internacional contemporâneo se vê em uma situação análoga à da Torre de Babel: um movimento de separação e caos após um período de certa homogeneidade. Foi ressaltado o vigor intelectual de Fiori para realizar tal empreendimento; do mesmo modo, houve coragem e sagacidade para traçar tal proposição em meio aos fenômenos narrados.

O perigo de fazer a análise do tempo presente, nos moldes da história das Relações Internacionais proposta por Pierre Renouvin e Duroselle (1964), é o de, por vezes, ter sua tese rapidamente desmontada. Creio que foi o que ocorreu com a proposta de Fiori (2020), a partir dos elementos trazidos ao longo do artigo aqui em voga que refletem sobre um posicionamento internacional dos Estados Unidos para além da gestão Donald Trump. Uma análise acalorada feita no período de sua presidência poderia ter a tendência a superestimar a infiltração da influência do então presidente dentro das estruturas burocrático-administrativas do país. Ainda que Trump volte ao poder do executivo estadunidense, a política externa dos Estados Unidos não sucumbirá aos mandos e desmandos deste.

O processo de formulação, decisão e implementação da política externa estadunidense possui uma variedade de autores que transcende a centralidade do mando executivo; desse modo, um governo com intenções de ruptura não é suficiente para transgredir uma inserção internacional historicamente consolidada. Ainda que seja possível entender a díade intervencionismo-isolacionismo que permeia a política externa dos Estados Unidos, em ambas perspectivas a posição do país enquanto grande potência resulta da manutenção da ordem global vigente.

Desse modo, ao refletir sobre a arquitetura do sistema internacional, é imperativo considerar que o discurso e a prática estadunidense não se pautará por uma ruptura da estrutura posta, mas sim, a um continuísmo que será estendido ao máximo realizável. É ao centro hegemônico emergente, a Ásia e, em especial, a China, que cabe a confecção de uma nova ordem pautada em seus interesses e alimentada por sua normatividade. Desse modo, ao se ter dois projetos antagônicos sobre a arquitetura do sistema internacional, resgatou-se a discussão sobre a possibilidade de uma ascensão pacífica da China; ainda que tal questão transcenda o escopo deste artigo, de modo que uma resposta mais enfática a tal ponto caberá a trabalho vindouro.

Satisfaz-se, enfim, as intenções deste artigo ao argumentar que os Estados Unidos se manterão enquanto grande potência por algum tempo, ressaltando cada vez mais os elementos simbólicos de sua posição hegemônica, os quais se destilam, principalmente, através das instituições internacionais do século XX.

Referências bibliográficas

ALLISON, Graham. 2020. **A caminho da guerra:** os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides? Rio de Janeiro: Intrínseca.

ANDERSON, Perry. 2015. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo.

ARON, Raymond. 2004. **Paix et guerre entre les nations**. Paris: Calmann-Levy, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. 1994. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto.

BECKLEY, Michael. 2011. China's century? Why America's edge will endure. **International Security**, v.36, n.3, pp.41-78.

BOURDIEU, Pierre. 2001. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget.

BOURDIEU, Pierre. 2009. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BREMMER, Ian. 2015. **Superpower:** three choices for America´s role in the world. New York: Portfolio.

BULL, Hedley. 1977. **The anarchical society:** the study of order in world politics. New York: Columbia University Press.

CARR, Edward. 2001. **20 anos de crise:** uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: Editora da UnB.

COX, Robert. 1983. Gramsci, Hegemony and International Relations: as Essay in Method. **Millennium**, v.15, n.2, pp. 162-175.

COX, Robert. 1987. **Production, power and world order: social forces in the making of history**. New York: Columbia University Press.

DEPARTMENT OF DEFENCE, Australian Government. 2009. **Defending Australia in the Asia Pacific Century: Force 2030**. Defence White Paper 2009. Disponível em: https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/defence-white-paper. Acesso em 23/08/2023.

FIORI, José L. 2020. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis: Vozes.

FIORI, José L. 1997. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da C.; FIORI, José L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes.

FIORI, José L. 2007. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo.

FIORI, José L. 2001. Sistema Mundial: império e pauperização. In: FIORI, José L.; MEDEIROS, C. **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes.

FUKUYAMA, Francis. 1992. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco.

GAVENTA, John. 2006. Finding the Spaces for Change: a power analysis. **Institute of Development Studies Bulletin**, v. 37, n. 6, pp. 23-33.

GILPIN, Robert. 1981. **War and Change in World Politics**. Cambridge: University Press.

HERMANN, Charles. 1990. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, pp. 3-21.

HOBSBAWM, Eric. 1995. **A era dos extremos:** o breve século XX (1919-1991). São Paulo: Companhia das Letras.

HUNTINGTON, Samuel. 1997. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). GDP, current prices. 2023. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD. Acesso em: 17/02/2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). General Government Debt. 2022. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/GG_DEBT_GDP@GDD/CAN/FRA/DEU/ITA/GBR/USA/JPN. Acesso em: 27/05/2024.

JUNIO, Timothy; MAHNKEN, Thomas. 2013. Conceiving of future war: the promise of scenario analysis for International Relations. **International Studies Review**, v. 15, pp. 374-395.

JUNG, João H.S.; OLIVEIRA, Nythamar. 2023. Beyond International Society: the World Society Idea from English School to Critical Theory. **Contexto Internacional**, v. 45, n.2, pp. 1-23.

JUNIO, Timothy; MAHNKEN, Thomas. 2013. Conceiving of Future War: the promise of scenario analysis for International Relations. **International Studies Review**, v.15, pp. 347-395.

KENNEDY, Paul. 1987. **The rise and fall of the great powers:** economic change and military conflict from 1500 to 2000. New York: Random House.

MARX, Karl. 1973. **Grundrisse**. Buenos Aires: Siglo XXI.

MEARSHEIMER, John. J. 2001. **The Tragedy of Great Powers Politics**. New York: W.W Norton & Company.

MEARSHEIMER, John J. 2010. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, pp. 381-396.

MONIZ BANDEIRA, Luiz. 2016. **A desordem mundial:** o espectro da total dominação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS). 2010. **The White House, U.S. Government**, 2010. Disponível em: https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2010.pdf?ver=Zt7IeSPX2uNQt00_7wq6Hg%3d%3d. Acesso em: 27/08/2023.

NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS). 2015. **The White House, U.S. Government**, 2015. Disponível em: https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2015.pdf?ver=TJJ2QfM0McCqL-pNtKHtVQ%3d%3d. Acesso em: 27/08/2023.

NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS). 2017. **The White House, U.S. Government**, 2017. Disponível em: https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2017.pdf?ver=CnFwURrw09pJ0q5EogFpwg%3d%3d. Acesso em: 23/08/2023.

NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS). 2022. **The White House, U.S. Government**, 2022. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf. Acesso em: 27/08/2023.

NYE, Joseph. 2022. How not to deal with a rising China: a US perspective. **International Affairs,** v.98, n.5, pp. 1635-1651.

NYE, Joseph. 2023. Not destined for War. **Project Syndicate**. Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/us-china-not-destined-for-war-by-joseph-s-nye-2023-10. Acesso em: 11/11/2023.

NYE, Joseph. 2011. **The future of power**. New York: Public Affairs.

O´NEILL, Aaron. National debt in US in relation to gross domestic product (GDP) 2018-2028. **Statista**. Disponível em:

https://www.statista.com/statistics/269960/national-debt-in-the-us-in-relation-to-gross-domestic-product-gdp/. Acesso em: 27/05/2024.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. 1964. **Introduction à l'histoire des relations internationales**. Paris: Armand Colin.

ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto. 2000. **Governança sem Governo**. Brasília: Editora da UnB.

RUGGIE, John. 2000. "Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations." In: LINKLATER, Andrew (ed.). I**nternational Relations: Critical Concepts in Political Science**. London: Routledge.

SPYKMAN, Nicholas J. 1942. **America's strategy in world politics**. New York: Harcourt, Brace and Company.

SUS, Monika; HADEED, Marcel. 2020. Theory-infused and policy-relevant: on the usefulness of scenario analysis for international relations. **Contemporary Security Policy**, v. 41, n.3, pp. 432-455.

TEXTOR, C. 2024. National debt of China in relation to GDP 2010-2028. **Statista**. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/270329/national-debt-of-china-in-relation-to-gross-domestic-product-gdp/. Acesso em: 27/05/2024.

TODD, Emmanuel. 2002. **Après l´empire:** essai sur la décomposition du système Américain. Paris: Gallimard.

VISENTINI, Paulo. 2022. **O desafio do Oriente na crise do Ocidente:** estudos sobre a conjuntura e a estrutura (2019-2021). Porto Alegre: ISAPE.

WALLERSTEIN, Immanuel. 2003. **The decline of American Power:** the U.S. in a Chaotic World. New York: The New Press.

WATSON, Adam. 1992. **The evolution of international society**. London: Routledge.

WIGHT, Martin. 2000. De systematibus civitatum. In: LINKLATER, Andrew. I**nternational Relations:** critical concepts in political science. London: Routledge.

WIGHT, Martin. 1960. Why is there no International Theory? **International Relations,** v. 2, n. 1, pp. 35-48.

ZACHER, Mark W. 2000. Os pilares em ruína do templo de Vestfália. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, E-O. (Orgs). **Governança sem governo:** ordem e transformação na política mundial. Brasília: UnB; Imprensa Oficial, pp. 83-141.